

A NORMA-PADRÃO EM SALA DE AULA: UMA ANÁLISE SOBRE AS VARIEDADES LINGUÍSTICAS EM LIVROS DIDÁTICOS

Talita Goulart Ferreira (UFFRJ)
goulartt.talita@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é tratar, sob a perspectiva do livro didático usado em sala de aula, das questões que envolvem o ensino das variedades linguísticas do português, inclusive da variedade padrão. Pretende-se identificar como as variedades linguísticas são abordadas em atividades pedagógicas. Para isso, escolhemos dois livros didáticos destinados ao 6º ano do Ensino Fundamental, aprovados pelo PNLD 2012. Em seguida, analisamos algumas propostas de atividades sobre as variedades da língua. Salientamos, em nossa pesquisa, que o professor precisa fazer um bom uso do livro didático, deixando de assumir o conteúdo do livro como verdade absoluta, para assumir uma postura mais crítica e consciente. Em relação ao uso das variedades, destacamos que é muito importante formar alunos que saibam falar ou escrever conforme indica a norma-padrão, mas, sobretudo, o trabalho do professor é mais satisfatório quando ele consegue formar grandes cidadãos, desprovidos de preconceitos.

Palavras-chave:

Ensino. Livro didático. Variedades linguísticas.

1. Introdução

O presente artigo se propõe a tratar das questões que envolvem o ensino das variedades linguísticas do português, inclusive da variedade padrão, sob a perspectiva do livro didático usado em sala de aula. Pretende-se identificar, nos livros didáticos do 6º ano do Ensino Fundamental selecionados, como as variedades linguísticas são abordadas em atividades pedagógicas. Analisamos algumas propostas de atividades que realizam trabalhos com as variedades da língua.

No entanto, antes de apresentarmos as análises, dedicamos uma seção desse artigo à compreensão de questões que as cercam.

Num primeiro momento, abordamos questões a respeito de gêneros textuais, linguagem e interação; em seguida, abordamos questões sobre as variedades linguísticas; logo depois, abordamos questões sobre o uso dos livros didáticos nas escolas; e, finalmente, passamos à análise dos livros didáticos.

Os livros que compõem nosso corpus são destinados ao 6º ano do Ensino Fundamental, a escolha desse ano escolar não foi aleatória, uma

vez que é nessa etapa que o tema sobre variedade linguística é mais tratado. Analisaremos os seguintes livros: *A Aventura da Linguagem*, de Luiz Carlos Travaglia *et al.* e *Perspectiva: Língua Portuguesa*, de Norma Discini & Lucia Teixeira.

2. *Pressupostos teóricos*

2.1. *Gêneros Textuais, Linguagem e Interação*

A entrada dos diversos gêneros textuais nas aulas de língua portuguesa não é mais novidade para os professores, muitas pesquisas já foram desenvolvidas a fim de que uma diversidade gêneros fosse inserida nas escolas. Além disso, os manuais didáticos de língua portuguesa contemplam não só uma grande diversidade desses gêneros como também uma grande quantidade deles.

No entanto, por seu caráter de reflexão e sua relação interacional entre os interlocutores, o ensino dos gêneros precisa de tratamento diferenciado. Por conta disso, acreditamos ser necessário não apenas apresentar esses textos em sala de aula, mas também submetê-los a uma análise minuciosa das suas situações comunicativas e de seu papel decisivo na formação dos alunos.

Em sala de aula, o professor interage diretamente com os seus alunos, dessa forma, alunos e professores estão envolvidos na resolução de problemas que surgem durante o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, faz-se necessário que o professor tenha uma postura de professor-pesquisador, o qual tem a função de, ao mesmo tempo, questionar e investigar a própria prática que realiza em sala de aula. Sendo assim, o ensino de língua materna não deve abranger apenas o ensino da variedade padrão da língua, mas também o ensino das múltiplas variedades linguísticas às quais os alunos têm acesso e que são tão necessárias à comunicação como a variedade linguística que usufrui de prestígio social, a norma-padrão.

De acordo com Bortoni-Ricardo & Dettoni:

As formas de implementação da pedagogia culturalmente sensível são múltiplas: aproveitar as experiências e vivências que as crianças trazem consigo, reproduzindo padrões interacionais que lhes são familiares; respeitar-lhes as peculiaridades; desenvolver recursos que façam a distinção entre eventos de

oralidade e de letramento; implementar estratégias de envolvimento, permitindo que a criança fale, ratificando-a como falante legítimo; acolher suas sugestões e tópicos; incentivá-la a manifestar-se, fornecendo-lhes modelos de estilos monitorados da língua e mostrando-lhe como, quando e por que usar esses estilos. Enfim, a escola tem de aceitar a diversidade e torná-la funcional. Tem também de conscientizar-se de que às diversidades sociolinguísticas correspondem desigualdades sociais. Na medida em que não somos sensíveis às primeiras, estamos contribuindo para agravar essas últimas. (BORTONI-RICARDO; DETONI, 2001, p. 102 *apud* COX, 2003, p. 121-2)

Faz-se necessário ressaltar o acentuado prestígio dado ao ensino da norma-padrão em detrimento das demais variedades linguísticas vivenciadas pelos estudantes.

Não se quer com isso, excluir o ensino da norma-padrão das escolas, pelo contrário, o que se busca é um ensino coerente com a realidade dos alunos. Sabemos que a escola é o lugar onde muitos alunos terão acesso à norma-padrão pela primeira vez e é nesse espaço que eles terão a oportunidade de praticá-la, o que não podemos admitir é que os professores de língua portuguesa se tornem verdadeiros vigilantes do “bom” uso da língua. E mais, não são só os professores de português que vigiam a todo momento a fala/escrita dos alunos, os professores das demais disciplinas, a mídia e a sociedade como um todo também contribui para a disseminação de preconceitos linguísticos.

Cox (2003) destaca uma situação que muito ocorre nas aulas de língua materna: a correção indiscriminada e desnecessária da fala dos nossos alunos. Vejamos: A professora estava passando um exercício no quadro que consistia em completar os espaços com as sílabas dadas, de modo a formar palavras.

O aluno T. levanta-se de sua carteira, aproxima-se da professora e inicia com ela o seguinte diálogo:

T. – Tia, comuqui é pra fazêssiducompreti?

P. – Não é comprete, T., é com-plee-te, plee, fala, como é?

T. – Com-pree...

P. –Com-plee-te! (Diz a professora, alterando o tom da voz)

T. –Com-pe-le-te (Esforça-se T., com ar de constrangimento)

A professora vira-se para o quadro e volta a escrever. T., sem o esclarecimento que buscava, retorna para sua carteira em meio a risadas e gracejos de algumas crianças que repetem debochadamente: “Compreti tudo, T.!” (BARROS, 2000 *apud* COX, 2003, p. 116)

Salientamos que esse tipo de atitude da professora infelizmente é bastante comum nas escolas. A postura da professora teria sido muito mais adequada se, em vez de corrigir a fala do aluno, ela tivesse sanado a sua

dúvida em relação à atividade proposta, visto que esse foi o verdadeiro motivo de sua aproximação. Além disso, a correção indiscriminada causou certo desconforto ao aluno, já que os colegas de turma acharam engraçada a variedade linguística usada por ele. Não parece ser apenas uma correção com o intuito de adequar da fala do aluno à norma-padrão, a atitude da professora pareceu-nos demasiadamente discriminatória e até antiética, um comportamento que reflete, inclusive, o preconceito social que fica velado por trás de uma suposta boa intenção.

Cabe destacar, ainda, que, de acordo com os PCN (1998, p. 23-4), para favorecer o desenvolvimento comunicativo dos alunos, a abordagem dos gêneros textuais de circulação social deve ser privilegiada nas aulas de língua materna.

Conforme esse documento, deve-se abandonar a ideia de que há um único gênero que possa ensinar os variados gêneros disponíveis na sociedade.

Diante dessa perspectiva, acredita-se que o desenvolvimento de aspectos comunicativos e interacionais terão maior destaque no ensino-aprendizagem, isto é, a norma-padrão deixa de ser a única variedade a ser discutida nas escolas para dar espaço a outras variedades linguísticas com as quais o aluno tem contato desde cedo.

2.2. As Variedades Linguísticas

Tratando-se dos questionamentos acerca das variedades linguísticas e do seu reflexo no ensino-aprendizagem nas escolas, vale destacar, em um primeiro momento, o que seria essa norma-padrão de que tanto falamos.

De acordo com Alvarez (2004, p. 201), de modo mais geral, a noção de norma está associada à regra, isto é, um modelo padronizado, presente na cultura das pessoas. Dessa forma, como ressalta Alvarez (*Ibidem*), na sociedade, a norma pode tanto assumir o sentido de algo que é regular ou comum como também o sentido de um padrão prescrito, algo que deve ser seguido pelas pessoas. É esse último sentido que a norma-padrão da língua portuguesa assume na sociedade e quem infringe essa norma está cometendo um “erro”.

Segundo Mattos e Silva (2004), a partir de meados do século XX, a sociolinguística passou a desenvolver uma metodologia que apresentava a inter-relação entre variedade e mudança linguística.

Na visão da sociolinguística, a língua é um sistema heterogêneo, no qual os fenômenos intra e extralinguísticos se cruzam. Falar uma língua não é ser capaz de enunciar as regras da língua que se fala, é ser capaz de “produzir” ou de “gerar” um número infinito de frases, com a única condição de que elas estejam de acordo com a sintaxe da língua em questão. A “competência” linguística é muito mais uma interpretação implícita do que um conhecimento explícito da regra (Cf. BOUDON, 1993 *apud* ALVAREZ, 2004, p. 206).

Com o olhar voltado para o ensino de língua materna, ressaltamos que é preciso reajustar prática pedagógica em sala de aula, uma vez que alguns fatos linguísticos, socialmente importantes, destacam a distância entre a norma-padrão e as demais variedades linguísticas do português do Brasil.

Mattos e Silva (2004) salienta que as variedades de prestígio social compreendem as realizações das classes mais altas da sociedade. Nesse sentido, podemos depreender que

(...) uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1994 *apud* CYRANKA; PERNAMBUCO, 2008, p. 18)

Ao refletir sobre o ensino, temos de pensar em questões que deem conta das variedades linguísticas existentes no português do Brasil, visto que já não cabem mais questões que privilegiam o “certo” em oposição ao “errado”, quer dizer, devemos pensar no contexto em que a fala, ou até mesmo a escrita, estão inseridas para adequar a língua à situação de uso.

Conforme os PCN: Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor que a de outras, o de que a fala correta é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado (Cf. BRASIL, 1998, p. 31).

Dessa forma, admite-se que devemos considerar o contexto de produção e assumir que a língua passa por mudanças.

2.3. O livro didático

O desafio de refletir sobre as variedades linguísticas do português em atividades de livros didáticos, que tanto influenciam a prática docente em sala de aula, fez com que observássemos melhor as dificuldades enfrentadas pela escola no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de língua materna. Ensinar português aos seus falantes é no mínimo curioso, pois os alunos já se comunicam em português.

Dessa maneira, pretendemos nos ater à questão do tratamento dessas variedades no ensino de língua nos livros didáticos, tencionando, assim, contribuir para uma prática docente mais consciente e eficaz no que se refere aos diversos usos da língua.

Para isso, primeiramente, vamos falar da inserção desses manuais didáticos no cotidiano escolar.

A partir dos anos 1950, conforme Soares (2004), transformações sociais e culturais passaram a exigir uma verdadeira modificação no conteúdo da disciplina português.

Desde então, modifica-se o grupo social que frequentava as escolas, uma vez que as classes mais populares clamam por acesso ao ensino. Já não são mais os filhos da burguesia que ocupam as salas de aula, mas também os filhos da classe trabalhadora.

É nesse momento que ocorre um recrutamento maior de profissionais da educação. Nos anos 1950 e 1960, estudava-se a gramática a partir do texto ou o texto com os elementos da gramática. É importante ressaltar que ocorreu uma “fusão”, na qual a gramática foi priorizada. O professor passa a ter um manual didático com explicações e exercícios previamente elaborados: Já não se remete ao professor, como anteriormente, a responsabilidade e a tarefa de formular exercícios e propor questões: o autor do livro didático assume ele mesmo essa responsabilidade e essa tarefa que os próprios professores passam a esperar dele. Isso porque é nessa época que se intensifica o processo de depreciação da função docente:

A necessidade de recrutamento mais amplo e menos seletivo de professores, [...] resultado da multiplicação de alunos, vai conduzindo a rebaixamento de salários e, conseqüentemente, a precárias condições de trabalho, o que obriga os professores a buscar estratégias de facilitação de sua atividade docente “uma delas é transferir o livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios.” (SOARES, 2004, p. 167)

Por admitirmos que, em muitas escolas, o livro didático serve de ferramenta única ao professor e que o livro exerce certa soberania e influência nas aulas de língua, podendo até ser eximido de contestações, interessa-nos bastante questões relacionadas ao uso desse material.

Assim, pretendemos analisar alguns trechos que versam sobre as variedades linguísticas. Veremos que é possível fazer um uso mais consciente do livro didático e que ele deve ser questionado pelo professor sempre que for necessário. Nesse sentido, o professor tem a função de avaliar previamente as atividades propostas e adaptar ou descartar o que não estiver adequado às suas concepções de ensino.

Pretendemos, com essa análise, ratificar as estratégias destacadas em eventos de letramento escolar bem sucedidos, tais como: a) confirmação da fala do aluno durante o processo de interação; b) auxílio de um colega (ou do professor) no jogo interativo, a fim de que o mais competente promova o menos competente; c) tratamento natural atribuído às variedades linguísticas do aluno, ao lado da oferta de modelos da norma-padrão (Cf. COX, 2003, p. 121).

Dessa forma, tenciona-se desenvolver a competência comunicativa dos alunos sem que haja espaço para a propagação de preconceito e estigma de suas variedades linguísticas.

3. *Análise do material didático*

3.1. *Livro I – A Aventura da Linguagem*

No livro *A Aventura da Linguagem*, de Luiz Carlos Travaglia *etal.*, voltado para o sexto ano do Ensino Fundamental, há um capítulo cujo título denomina-se “Línguas no mundo”, este é um capítulo destinado às línguas em geral. O capítulo inicia com um texto que fala sobre as diferentes línguas que são faladas no mundo inteiro.

Após a leitura do texto, os alunos têm uma série de atividades para responder, entre elas encontramos o seguinte questionamento:

4 a. O texto fala das diferentes línguas existentes no mundo. Mas será que uma mesma língua é falada sempre da mesma forma? No Brasil, as pessoas das diferentes regiões falam do mesmo jeito?

b. Dê exemplos de palavras e expressões que são diferentes ou faladas de modo diferente no Brasil. (*A Aventura da Linguagem*, p. 42)

O exercício deixa evidente o questionamento acerca da diversidade linguística do nosso país, a forma de abordagem se mostra bastante positiva, uma vez que não há depreciação e/ou sublimação de nenhuma variedade linguística.

Em seguida, os autores propõem:

Releia o trecho do texto que explica algumas razões para as diferenças linguísticas. Depois converse com as professoras de História e de Geografia e procure descobrir uma razão para o modo de falar dos seguintes estados brasileiros: a Santa Catarina b São Paulo c Bahia d Amazonas e Mato Grosso f estado em que você mora (*A Aventura da Linguagem*, p. 42)

Nessa atividade, os alunos terão de investigar as diferenças geográficas que envolvem a língua, tendo a possibilidade de conhecer outras variedades sem que uma se sobreponha a outra.

Cabe ao professor, desmitificar a crença de que algumas variedades regionais são melhores que as outras, esse é um bom momento para lembrar isso. Outra atividade que pode ser levada pelo professor para complementar a aula é o uso de vídeos com diferentes variedades regionais, um bom exemplo pode ser mostrado nas novelas da Rede Globo, que sempre buscam, muitas vezes de forma artificial, atingir o sotaque de determinada região do país.

O capítulo do livro segue com a produção textual de um jogo, *Uso da língua* (adjetivos pátrios, uso de verbos e sentidos de palavras), para, então, apresentar como curiosidade, alguns significados de palavras em diferentes estados brasileiros. Vejamos:

Dicionário Pernambuquês
Bombeiro – frentista de posto de gasolina; Caba/Cabra – homem ou menino; O tampa – sujeito bom em algo
Dicionário Gaúcho
Bah – abreviação de barbaridade. Expressão usada para demonstrar surpresa, indignação
Charla – conversa
Liguaria – culinária (*A Aventura da Linguagem*, p. 50-2)

Os autores finalizam o capítulo com o texto “Arco, Tarco, Verva: As delícias do refinado dialeto caipiracicabano”.

Sem o uso do dicionário regional disponível logo após o texto, ficaria difícil o seu entendimento. O LD poderia ter explorado mais essa questão das variedades regionais, em vez de se limitar a apresentar palavras diferentes como curiosidade. Teria sido interessante destacar no LD

que não há apenas diferenças lexicais, mas também diferenças na pronúncia das palavras.

3.2. Livro II – *Perspectiva: Língua Portuguesa*

No livro *Perspectiva: Língua Portuguesa*, de Norma Discini & Lucia Teixeira, também voltado para o sexto ano do Ensino Fundamental, diferentemente do material analisado na seção anterior, não encontramos nenhum capítulo destinado às variedades linguísticas, nem mesmo às línguas em geral. Buscamos exercícios que pudessem remeter às variedades linguísticas, inclusive, a variedade padrão da língua.

Na lição 4, as autoras apresentam um quadrinho de “O Menino Malquinho”, o gênero em questão é composto por balões em que se colocam as falas das personagens, trata-se de uma conversação direta entre as personagens do quadrinho.

Após o texto, há algumas atividades, destacamos a seguinte:

Os quadrinhos retratam uma cena familiar. Dê exemplos para cada caso de uso de: a) apelidos; b) formas abreviadas; c) gírias. 3. Reescreva no caderno as formas transcritas nas letras b e c da questão anterior, de acordo com a norma urbana de prestígio (*Perspectiva: Língua Portuguesa*, p. 136)

O primeiro enunciado solicita que o aluno identifique uma variedade mais familiar, acreditamos ser uma atividade positiva, apesar de estar bastante descontextualizada, ficando a cargo do professor complementá-la.

Já o segundo enunciado, solicita que o aluno reescreva um texto que é legítimo, sendo assim, o texto alterado passa a servir à artificialidade da língua, uma vez que a norma-padrão não entraria nesse contexto.

Não temos certeza da eficácia desse tipo de atividade, no que diz respeito ao ensino da variedade padrão da língua, visto que a transcrição para a norma-padrão, descaracteriza o gênero textual, além de apresentar uma correção desnecessária, que pode até favorecer o preconceito linguístico.

Na lição 6, encontramos duas canções:

“Mulata assanhada”
 Ô mulata se eu pudesse
 E se meu dinheiro desse
 Eu te dava sem pensar

Este céu, esta terra, este mar.
(Ataulfo Alves)

“Ah! Se Deus me ouvisse”
E mandasse pra mim
Aquele que eu amo
E um dia partiu,
Deixando a tristeza junto de mim.
Ah! Voltaria pra mim
Toda a felicidade,
Sairia do peito a dor da saudade.
(Almir Rogério)
(*Perspectiva: Língua Portuguesa*, p. 226)

O objetivo da disposição das duas canções no LD é avaliar as variedades do uso da língua no que se refere aos tempos verbais, ou seja, mais uma vez temos o texto a serviço da gramática.

Como nos lembra Lajolo (1984), “o texto não é pretexto”. A atividade pede para que o aluno compare o uso dos tempos verbais das duas canções, mas, na realidade, este é só mais um daqueles exercícios de certo/errado que os alunos tanto conhecem. Ademais, em tempos nos quais a escola deve valorizar questões relacionadas a gênero e à cultura afro-brasileira, inserir um texto cujo título é “mulata assanhada”, em nada contribui para o respeito a essa grande população brasileira.

E mais, acreditamos que o conteúdo do texto pode contribuir para o racismo, ora explícito ora latente em nosso país.

4. Considerações finais

Como vimos, são muitas as crenças a serem abandonadas para que se realize um ensino efetivo da língua e, principalmente, sem que haja a propagação de preconceitos.

Aceitar as diferentes variedades linguísticas não é deturpar a língua, mas sim aceitar que a língua muda e que ela passa por constante evolução, pois, se não fosse assim, certamente não estaríamos redigindo esse texto em língua portuguesa.

Para finalizar, salientamos que o professor precisa fazer um bom uso do LD, deixando de ter um uso inocente, em que ele assume como verdade absoluta tudo o que está escrito, para fazer um uso mais crítico e consciente. É muito importante formar alunos que saibam falar ou escrever

conforme indica a norma-padrão, mas, sobretudo, o trabalho do professor é mais satisfatório quando ele consegue formar grandes cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, M. C. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 206-16
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º Ciclos*. Língua Portuguesa. Brasília: 1998.
- CYRANKA, L. F. M.; PERNAMBUCO, D. L. C. Língua culta na escola: uma interpretação sociolinguística. In: *Instrumento*. v. 10. Juiz de Fora: R. Est. Pesq. Educ., 2008. p. 17-28
- COX, M. I. P. Fricções linguístico-culturais na arena de sala de aula: fronteiras ou barreiras. In: *Signum*. v. 5. São Paulo: Londrina, 2003. p. 85-104
- LAILOLO, Marisa P. O texto não é pretexto. In: Regina Zilberman (Org.). *Leitura em Crise na Escola: as alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MATTOS E SILVA, R. V. Variação, mudança e norma. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 291-316
- SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 155-78

LIVROS DIDÁTICOS

- DISCINI, N.; TEIXEIRA, L. *Perspectiva*: Língua Portuguesa. 6º ano. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.
- TRAVAGLIA, L. C. *et al. A Aventura da Linguagem*. 6º ano. Belo Horizonte: Dimensão, 2012.